

Evolução do crédito bancário no Rio Grande do Sul: 2004-2011

Autores:

Silvia Amelia Correa Albornoza Braga - Analista do Banco Central do Brasil, pós-graduada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

Maria Juliana Zeilmann Fabris – Analista do Banco Central do Brasil, doutora em economia pela UFRGS.

Rafael Rockenbach da Silva Guimarães - Analista do Banco Central do Brasil, mestrando em economia da UFRGS.

Cristiane Lauer Schlottfeldt - Analista do Banco Central do Brasil, doutora em economia pela UFRGS.

Vera Maria Schneider - Analista do Banco Central do Brasil, mestre em economia pela UFRGS.

Email de contato: economia.poa@gmail.com

Área temática:

Estudos setoriais, cadeias produtivas, sistemas locais de produção.

Resumo:

O Rio Grande do Sul apresentou grande crescimento no saldo das operações de crédito entre 2004 e 2011, sobretudo no segmento direcionado às pessoas físicas. Comparativamente ao país, no entanto, houve redução na participação do estado no total destas operações, que passou de 8% para 6,8% no período. Na carteira de pessoas físicas, destacaram-se os financiamentos imobiliários, que se constituíram na principal modalidade de crédito deste segmento, e o incremento nos empréstimos consignados. No segmento de pessoas jurídicas, sobressaíram os empréstimos para capital de giro, que passaram de 10,7% do crédito tomado em dezembro de 2004 para 28%, em dezembro de 2011, e, por atividade econômica os recursos tomados pela indústria alimentícia e pelo comércio atacadista. Note-se que o grande crescimento do crédito não implicou em elevação das taxas de inadimplência das operações.

Palavras-chave: crédito, Rio Grande do Sul, sistema financeiro.

Evolução do crédito bancário no Rio Grande do Sul: 2004-2011

Silvia Amelia Correa Albornoz Braga ◇
Maria Juliana Zeilmann Fabris ◇
Rafael Rockenbach da Silva Guimarães ◇
Cristiane Lauer Schlottfeldt ◇
Vera Maria Schneider ◇

O financiamento da atividade econômica baseia-se em três fontes principais: o uso de recursos próprios, o mercado de capitais e o crédito bancário. Considerando que o acesso ao mercado acionário depende de muitos condicionantes, o crédito constitui-se na principal alternativa externa para grande parte das firmas, motivo pelo qual seu desenvolvimento vincula-se ao do próprio nível da atividade econômica. Para a pessoa física, as maiores facilidades de acesso ao crédito têm contribuído para a expansão da demanda.

A razão entre o estoque de crédito do sistema financeiro e o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou crescimento consistente a partir de 2005, em linha com o fortalecimento dos mercados interno e externo, e com o aumento no fluxo de capitais no mercado financeiro internacional, de forma que, em nível nacional, esta relação deslocou-se de 25,7% em dezembro de 2004 para 49,1% em dezembro de 2011, conforme Nota para a Imprensa Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil. Processo análogo ocorreu no Rio Grande do Sul, ocasionando incremento significativo na razão crédito/PIB no período. Este artigo trata da evolução do crédito do sistema financeiro no estado, avaliando sua conformação quanto ao tipo de tomador, modalidades de crédito e direcionamento por atividade econômica, conforme detalhamento do Sistema de Informações de Crédito (SCR), *bureau* instituído pelo Conselho Monetário Nacional e administrado pelo Banco Central, consoante Resolução nº 3658, de 17.12.2008¹.

◇ Analistas do Banco Central do Brasil. As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente dos autores e não refletem, necessariamente, a visão do Banco Central do Brasil. Email de contato: economia.poa@gmail.com.

¹ O SCR foi instituído em substituição ao sistema Central de Risco de Crédito (CRC) de que tratam as Resoluções nº 2.724, de 31 de maio de 2000, e nº 2.798, de 30 de novembro de 2000.

O SCR e as operações de crédito

O SCR consiste numa central de informações de crédito pública que visa, primordialmente, o suprimento de informações para a supervisão bancária e, adicionalmente, amplificar o acesso aos dados dos potenciais tomadores de crédito por parte das instituições financeiras, com o objetivo de contribuir para melhorar a gestão do risco de crédito e diminuir a inadimplência. Adicionalmente, o sistema fomenta a competição entre os agentes pela possibilidade de oferta de taxas de juros menores nas operações que oferecem menor risco.

O sistema recebe mensalmente, das instituições financeiras, dados agregados e individualizados das operações dos clientes com dívidas superiores a R\$5 mil², de forma que, em dezembro de 2011, eram conhecidas informações detalhadas de 92,1% da carteira ativa, considerados recursos livres e direcionados. As informações são segmentadas por tipo de tomador – pessoas físicas e jurídicas - por modalidade de operação e, no caso das operações contratadas com pessoa jurídica, por atividade da empresa tomadora. A regionalização do dado é possibilitada a partir da informação do Código de Endereçamento Postal (CEP) do tomador.

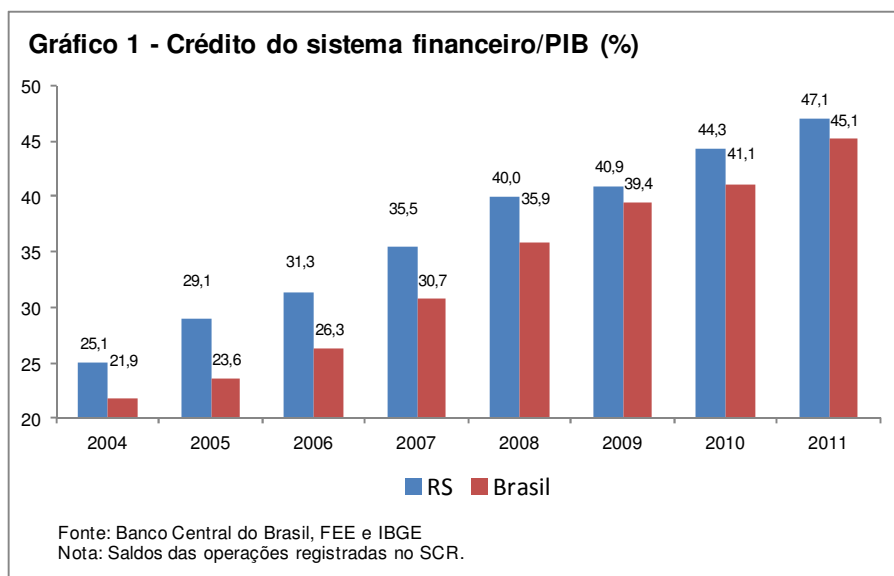
Considerando a base de dados do SCR para o Rio Grande do Sul, optou-se por analisar o direcionamento do crédito, classificando sua importância segundo o saldo das operações em dezembro de 2011. As modalidades consideradas para pessoa física foram financiamentos imobiliários (financiamento habitacional – SFH); financiamentos rurais e agroindustriais (investimento e capital de giro de financiamentos agroindustriais, custeio e pré-custeio, e financiamentos de projetos); financiamentos para aquisição de veículos automotores; crédito pessoal com consignação em folha de pagamento; crédito pessoal sem consignação em folha de pagamento; cartão de crédito (compra à vista e parcelada pelo lojista); operações de arrendamento financeiro, outros empréstimos; e cheque especial e conta garantida.

² Desde janeiro de 2012, o SCR passou a dispor de mais informações, inclusive quanto à renda das pessoas físicas, faturamento das pessoas jurídicas e informações dos fundos de investimento de direitos creditórios. O valor de referência para dados individualizados foi reduzido para R\$1 mil, sendo que as instituições tem que incluir os individualizados das operações entre R\$1 mil e R\$5 mil até abril de 2012, quando passa a ser obrigatório.

Para pessoas jurídicas, o detalhamento foi feito para empréstimos para capital de giro com prazo de vencimento igual ou superior a 30 dias; financiamentos de projeto; Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC), financiamentos para aquisição de veículos automotores; financiamentos para aquisição de outros bens; cheque especial e conta garantida; financiamentos rurais e agroindustriais (investimento e capital de giro); financiamentos à exportação; outros empréstimos e outros financiamentos. Quanto à segmentação por atividade econômica, foram elencados os vinte principais grupamentos de atividades em 2011, que compuseram 81,6% do crédito contratado pelas pessoas jurídicas, a saber: indústria de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto; comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas; comércio de outros produtos; transporte rodoviário de carga; geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás; indústrias de máquinas e equipamentos; fabricação de peças e acessórios para automotores; construção; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; indústrias de moda (vestuário, acessórios, calçados e bolsas); metalúrgica; refino de petróleo, coque e álcool; indústrias de plástico e borracha; transporte rodoviário de passageiros; varejo em geral, com predominância de alimentos; serviços prestados às empresas; serviços públicos (exceto saúde e educação); indústrias de móveis; saúde e assistência social; e outras indústrias.

Evolução do crédito e detalhamento das operações no Rio Grande do Sul

Considerando as operações registradas no SCR, a razão crédito/PIB no Rio Grande do Sul entre 2004 e 2011 manteve-se em nível superior à do país, de modo que, em dezembro de 2011, o indicador estadual situou-se 2 p.p. além do patamar nacional, 45,1%, conforme o Gráfico 1, tendo havido ao longo do período encurtamento desta diferença. Preliminarmente ao exame da evolução do crédito, considere-se que o desempenho do produto interno interferiu na amplitude desta relação, especificamente para os anos de 2005 e 2011. No primeiro, o PIB nominal cresceu 4,6% no estado, ante 10,6% no país, deprimindo a base do indicador estadual comparativamente ao nacional e concorrendo para seu aumento, enquanto que em 2011, ocorreu movimento inverso, com maior crescimento nominal do PIB gaúcho, 12,2%, frente ao nacional, 9,9%, o que contribuiu para o menor crescimento da relação crédito/PIB no Rio Grande do Sul neste ano, *vis-à-vis* o nacional.



No que respeita à evolução do crédito do sistema financeiro, observaram-se elevadas taxas de expansão no período, conforme a Tabela 1, com aumento de 272% no saldo nominal do estado, na comparação dos extremos do período. Apesar disso, houve redução da representatividade do Rio Grande do Sul na composição nacional, que passou de 8% em dezembro de 2004 para 6,8% em dezembro de 2011, processo que se deu de forma continuada, consoante Gráfico 2, fazendo com que as trajetórias de crescimento descolassem ao final de 2006. Especificamente em 2009, o menor crescimento do crédito adveio da maior percepção de risco por parte das instituições financeiras e pela redução da liquidez no mercado internacional.

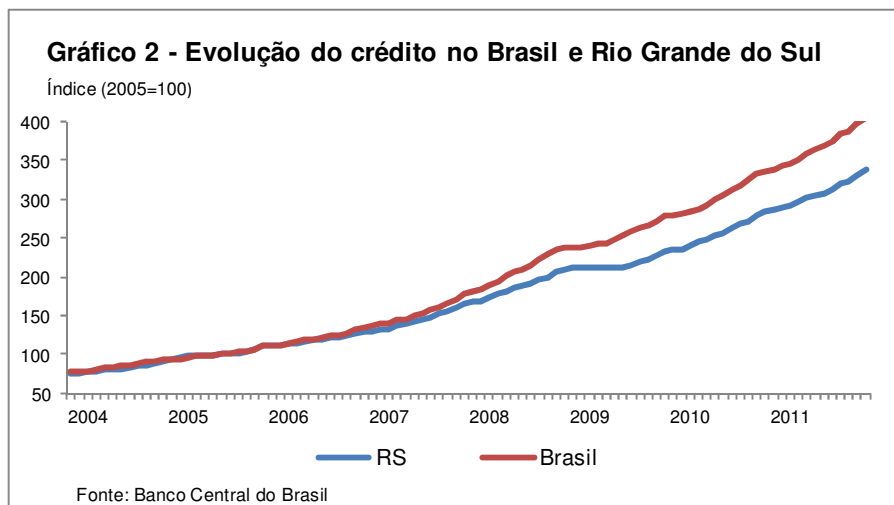
Tabela 1 - Evolução do crédito: Brasil e Rio Grande do Sul

Dados de dezembro

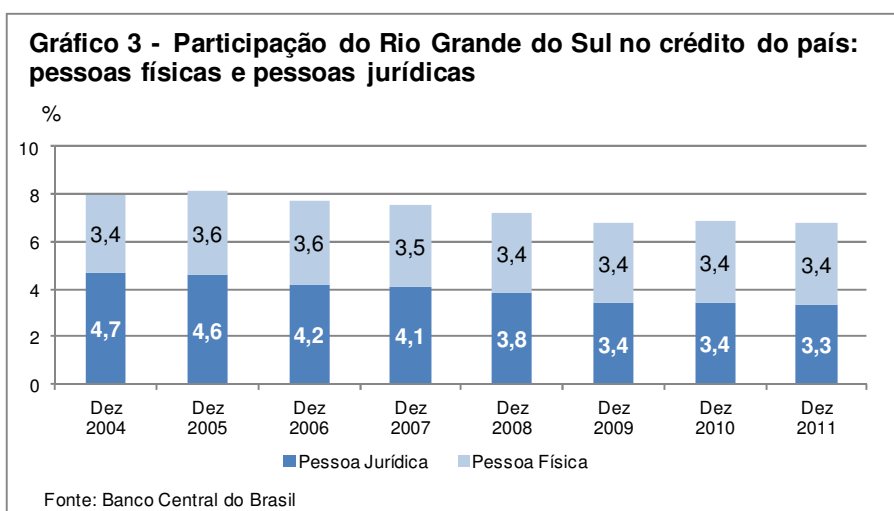
Discriminação	Brasil		Rio Grande do Sul		RS/Br %
	(R\$ bilhões)	Var. %	(R\$ bilhões)	Var. %	
2004	424,3		34,0		8,0
2005	506,6	19,4	41,2	21,3	8,1
2006	623,4	23,1	48,2	16,9	7,7
2007	817,6	31,1	61,7	27,9	7,5
2008	1.089,4	33,2	78,3	27,0	7,2
2009	1.277,4	17,3	86,8	10,8	6,8
2010	1.549,0	21,3	106,2	22,4	6,9
2011	1.869,5	20,7	126,5	19,1	6,8

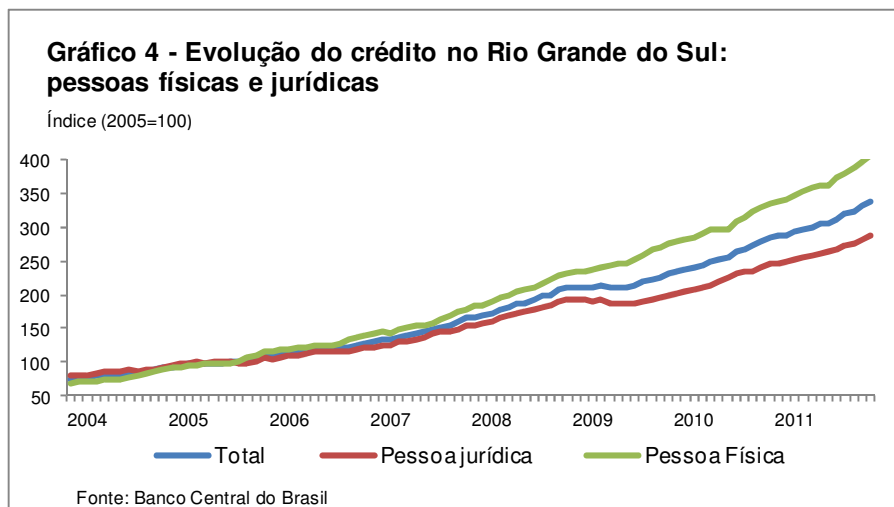
Fonte: Banco Central do Brasil

Nota: Saldo das operações de clientes com dívidas superiores a R\$5 mil.



A participação do crédito no Rio Grande do Sul em relação ao total liberado no país apresentou decréscimo de 1,2 p.p. entre dezembro de 2004 e dezembro de 2011, conforme anteriormente citado. Esta involução refletiu o ritmo de contratações por pessoa jurídica no estado inferior ao registrado no país, o que fez com que a representatividade dessas operações decrescesse para 3,3%, ante 4,7%, enquanto os recursos tomados pelas pessoas físicas apresentou estabilidade entre os extremos da série, concentrando 3,4% do saldo das operações de crédito do país, conforme Gráfico 3.





Observa-se ao longo do período analisado que o crédito para pessoas jurídicas perdeu participação no total, passando de 58,1% do crédito em dezembro de 2004 para 49,3% em dezembro de 2011. Esta trajetória deve-se ao fato de que seu crescimento, 215,6%, foi superado pelo assinalado no segmento de pessoas físicas, 350,5%, nesta mesma base de comparação.

Tabela 2 - Distribuição do crédito no estado: pessoas físicas e pessoas jurídicas

Dados de dezembro

Discriminação	Pessoas Físicas			Pessoas Jurídicas		
	R\$ bilhões	Var. %	Part. %	R\$ bilhões	Var. %	Part. %
2004	14,2		41,9	19,8		58,1
2005	18,1	27,0	43,8	23,2	17,2	56,2
2006	22,2	22,6	46,0	26,1	12,5	54,0
2007	28,4	28,0	46,0	33,3	27,8	54,0
2008	36,7	29,5	46,9	41,6	24,8	53,1
2009	43,6	18,7	50,2	43,2	3,8	49,8
2010	53,2	22,0	50,1	53,0	22,8	49,9
2011	64,1	20,6	50,7	62,4	17,6	49,3

Fonte: Banco Central do Brasil

Nota: Saldo das operações de clientes com dívidas superiores a R\$5 mil.

Na carteira de pessoas físicas, destacou-se a evolução dos financiamentos imobiliários, que passaram a constituir-se na principal modalidade de crédito deste segmento (de 15,7% para 24,4%), respondendo por 94,2 p.p. da evolução de 350,5% destas operações.

A contribuição do crédito pessoal consignado em folha de pagamento para o incremento do crédito da pessoa física alcançou 51,1 p.p., a segunda principal da série, o que elevou sua participação de 4,1% para 12,3% no segmento, tendo sido estimulada por regulamentação que

permitiu, a partir do final de 2003, que este tipo de crédito, até então voltado somente para funcionários do setor público, fosse concedido aos trabalhadores do setor privado, e, em 2004, também para aposentados e pensionistas³. O crédito pessoal sem consignação em folha de pagamento passou de 4% para 6,5% do crédito pessoa física, contribuindo com 25,3 p.p. da sua variação. A propósito destas trajetórias, ressalte-se que a taxa de juros para o crédito consignado no Brasil atingiu 27% a.a. em dezembro de 2011, ante 48,23% para o crédito pessoal e 43,75% em média para as operações contratadas com pessoas físicas. Para consignação em benefícios da Previdência Social, o art. 13 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16.05.2008, o teto estabelecido para a taxa de juros é de 2,5% a.m.

De outra parte, ocorreu declínio da participação dos financiamentos rurais e agroindústrias, de 49,7% para 30,5% no total das três modalidades consideradas, observando-se que as operações de custeio e pré-custeio registraram decréscimo de 10,6 p.p. em sua participação, seguidas das quedas em investimento e capital de giro, 8,4 p.p., e financiamento de projeto, 0,2 p.p. Estes financiamentos responderam, em conjunto, por 87,8 p.p. da variação das operações com pessoas físicas. Há que se destacar que a maior parte dos financiamentos rurais é computada no segmento de pessoas físicas, tendo em vista que os produtores rurais, em sua maioria, não constituem pessoa jurídica para sua atuação.

O financiamento de veículos automotores reduziu sua participação em 1,3 p.p., mantendo-se como a terceira principal modalidade de crédito, considerados os extremos da série, e contribuindo com 49,7 p.p. da evolução do saldo de operações para pessoas físicas.

A modalidade cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista consta da Tabela 3 somente para dezembro de 2011, tendo em vista que a classificação neste tipo de operação passou a ser efetuada a partir de fevereiro deste ano. Anteriormente, o saldo desta modalidade estava distribuído em Outros Créditos - com Característica de Crédito e Outros Créditos - Títulos e Créditos a Receber⁴.

³A Medida Provisória nº 130, de 17.9.2003, convertida na Lei nº 10.820, de 17.12.2003, autorizou o desconto das parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e operações de *leasing* na folha de pagamento dos empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O crédito consignado para funcionários públicos foi estabelecido conforme art. 45 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, regulamentado pelo Decreto nº 6.386, de 29.02.2008, com as alterações estabelecidas pelos Decretos nº 6.574, de 19.09.2008, e nº 6.967, de 29.09.2009. Para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), esta modalidade foi permitida consoante Lei nº 10.953, de 27.09.2004.

⁴A inclusão de novas modalidades no SCR ocorreu de acordo com o Comunicado 20.549/2011 do Banco Central do Brasil.

Tabela 3 - Distribuição do crédito pessoa física por modalidade

Dados de dezembro		(%)							
Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	49,7	50,6	47,5	41,8	38,5	35,6	32,0	30,5	
Investimento e Capital de Giro de Finan.Agroind.	23,3	21,8	20,3	17,2	15,5	15,4	15,2	14,9	
Custeio e Pre-Custeio	24,6	25,3	23,3	21,1	20,4	17,9	14,9	14,0	
Financiamento de Projeto	1,7	3,6	3,9	3,4	2,6	2,3	1,9	1,5	
Financiamentos Imobiliários - Financiamento Habitacional - SFH	15,7	14,0	14,2	14,0	14,7	16,7	21,0	24,4	
Empréstimos - Crédito Pessoal	8,1	10,1	11,9	15,1	17,5	18,6	18,9	18,8	
Com Consignação em Folha de Pagamento	4,1	5,7	7,1	10,2	11,2	12,2	12,3	12,3	
Sem Consignação em Folha de Pagamento	4,0	4,4	4,8	5,0	6,3	6,4	6,6	6,5	
Financiamentos - Aquisição de Bens - Veículos Automotores	15,8	15,8	16,0	17,1	14,5	14,0	15,0	14,5	
Outros Empréstimos	2,4	1,5	1,4	1,2	1,3	1,4	1,4	1,9	
Cartão de crédito - Compra à Vista e Parcelado Lojista	-	-	-	-	-	-	-	1,8	
Operações de Arrendamento - Financeiro	1,0	1,6	2,2	3,4	5,8	5,5	2,9	1,3	
Empréstimos - Cheque Especial e Conta Garantida	1,2	1,2	1,1	1,1	1,2	1,6	1,2	1,2	
Demais modalidades	6,1	5,1	5,6	6,4	6,5	6,6	7,6	5,5	

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 4 - Evolução do crédito pessoa física por modalidade

Discriminação	dez 2011/dez 2004	
	Var %	Contribuição (p.p.)
Total geral	350,5	350,5
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	179,3	87,8
Investimento e Capital de Giro de Finan.Agroind.	191,7	44,1
Custeio e Pre-Custeio	159,1	38,6
Financiamento de Projeto	298,8	5,1
Financiamentos Imobiliários - Financiamento Habitacional - SFH	609,7	94,2
Empréstimos - Crédito Pessoal	951,1	76,4
Com Consignação em Folha de Pagamento	1.254,9	51,1
Sem Consignação em Folha de Pagamento	639,1	25,3
Financiamentos - Aquisição de Bens - Veículos Automotores	318,0	49,7
Outros Empréstimos	273,8	6,4
Operações de Arrendamento - Financeiro	505,3	5,0
Empréstimos - Cheque Especial e Conta Garantida	361,1	4,4
Demais modalidades	447,0	26,8

Fonte: Banco Central do Brasil

A distribuição por modalidade do crédito às pessoas jurídicas consta da Tabela 5, onde se pode observar a evolução dos empréstimos para capital de giro, que passaram de 10,7% do crédito tomado em dezembro de 2004 para 28%, em dezembro de 2011. Esta modalidade respondeu por 77,5 p.p. da elevação de 215,6% do saldo das operações do segmento de pessoas jurídicas, enquanto os recursos canalizados para outros financiamentos responderam por 32,1 p.p., financiamento de projetos, 15,7 p.p., aquisição de veículos automotores, 11,8 p.p., e financiamentos à exportação, 11,4 p.p.

Observando-se as dez principais modalidades de crédito concedido às pessoas jurídicas verifica-se queda da importância do ACC, de 11,2% para 5,8%, enquanto elevou-se a relativa a financiamentos a exportação, de 0,6% para 3,8%, ressaltando-se que o saldo conjunto das duas modalidades registrou crescimento de 156,2% no período, evolução inferior à assinalada pelo total de operações contratadas por pessoas jurídicas.

Tabela 5 - Distribuição do crédito pessoa jurídica por modalidade

Dados de dezembro

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Empréstimos - Capital de giro com prazo de venc. igual ou superior a 30 dias	10,7	11,4	15,9	19,0	24,6	26,7	29,0	28,0
Outros Financiamentos	16,0	16,2	17,4	15,8	13,0	13,3	14,3	15,3
Financiamentos à exportação	11,9	11,0	9,3	13,3	12,3	10,1	8,6	9,6
Adiantamento de Contratos de Câmbio	11,2	9,3	8,2	11,7	10,1	7,3	5,6	5,8
Financiamentos à Exportação	0,6	1,7	1,1	1,6	2,2	2,8	3,1	3,8
Financiamentos- Aquisição de bens	6,9	6,9	6,7	6,9	6,8	8,1	8,6	9,1
Veículos Automotores	3,6	4,0	3,9	3,9	3,8	4,6	4,4	4,9
Outros Bens	3,3	2,9	2,8	3,0	3,1	3,5	4,2	4,2
Financiamento de Projeto	7,6	8,0	8,6	8,2	7,9	8,4	8,1	7,4
Empréstimos - Cheque especial e conta garantida	6,3	8,4	7,6	5,0	6,2	5,5	4,6	4,5
Financ. rurais e agroindustriais - Invest. e capital de giro de financ. agroind.	3,7	3,3	2,8	2,8	2,3	2,5	3,8	3,9
Outros empréstimos	4,5	6,7	6,1	4,0	3,2	2,7	2,7	3,0
Demais modalidades	32,3	28,2	25,7	25,0	23,7	22,7	20,3	19,2

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 6 - Evolução do crédito pessoa jurídica por modalidade

Discriminação	dez 2011/dez 2004	
	Var %	Contribuição (p.p.)
Total geral	215,6	215,6
Empréstimos - Capital de giro com prazo de venc. igual ou superior a 30 dias	729,1	77,5
Outros Financiamentos	202,4	32,1
Financiamentos a Exportação	156,2	18,4
Adiantamento Contratos de Câmbio	62,8	7,0
Financiamentos a Exportação	1.820,0	11,4
Financiamentos- Aquisição de Bens	321,3	21,9
Veículos Automotores	328,4	11,8
Outros Bens	313,5	10,1
Financiamento de Projeto	208,1	15,7
Empréstimos - Cheque especial e conta garantida	124,3	7,8
Financ. rurais e agroindustriais - Invest. e capital de giro de financ. agroind.	234,9	8,7
Outros Empréstimos	115,9	5,1
Demais modalidades	88,9	28,4

Fonte: Banco Central do Brasil

No que respeita ao crédito segundo a atividade econômica, as operações contratadas por pessoas jurídicas registradas no SCR foram alocadas em 58 atividades, sendo que a evolução no estado para as vinte principais tomadoras, classificadas segundo os saldos de dezembro de 2011, acumulando R\$50,8 bilhões, está sintetizada na Tabela 7. Considerando a distribuição nos

extremos dos períodos de análise, estas atividades absorveram 81,6% do crédito, ante 74,2% em 2004.

Tabela 7 - Distribuição do crédito em atividades selecionadas - RS

Discriminação	dez 2004	dez 2011	dez 2011/dez 2004	
	Part. %	Part. %	Var. %	Contrib p.p.
Total geral	100,0	100,0	215,6	215,6
Indústria de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto	7,6	9,6	301,3	20,8
Comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas	9,2	8,7	198,7	18,7
Comércio de outros produtos	6,2	7,1	266,1	15,3
Transporte rodoviário de carga	3,6	6,9	500,8	14,8
Geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás	7,7	6,7	176,3	14,5
Indústrias de máquinas e equipamentos	4,7	5,2	252,5	11,2
Fabricação de peças e acessórios para automotores	3,5	5,1	366,5	11,0
Construção	2,2	4,9	619,5	10,6
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	2,6	4,0	390,5	8,6
Outras indústrias	7,0	3,9	74,7	8,3
Indústrias de moda (vestuário, acessórios, calçados e bolsas)	4,5	2,4	72,4	5,2
Metalúrgica	2,8	2,4	177,5	5,2
Refino de petróleo, coque e álcool	0,0	2,3	194557,6	5,0
Indústrias de plástico e borracha	2,5	2,1	170,6	4,6
Transporte rodoviário de passageiros	1,3	2,0	388,6	4,3
Varejo em geral, com predominância de alimentos	2,8	2,0	120,1	4,2
Serviços Prestados às Empresas	1,6	1,9	266,6	4,1
Serviços públicos (exceto saúde e educação)	1,7	1,8	224,4	3,8
Indústrias de móveis	1,5	1,3	183,6	2,9
Saúde e assistência social	1,2	1,3	261,0	2,8
Demais atividades	25,8	18,4	126,4	39,7

Fonte: Banco Central do Brasil

As contratações com a indústria de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto, apresentaram crescimento acima da média e constituíram-se na principal atividade tomadora de crédito, tendo contribuído com 20,8 p.p. do crescimento acumulado total, passando da terceira em 2004 para a primeira posição em 2011, com 9,6% do saldo. No período, a produção desta atividade, a mais importante no estado, cresceu 18,7%, ante 11,7% da indústria de transformação, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física (PIM-PF) - Regional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crédito para o comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas, que era o principal tomador em 2004, assinalou crescimento abaixo da média para o total das atividades, posicionando-se como o segundo no *ranking* de 2011, com contribuição que totalizou 18,7 p.p.

Ressalte-se ainda a grande expansão das operações para o refino de petróleo, coque e álcool, cujo incremento significativo deu-se a partir de janeiro de 2007, quando o saldo das operações passou

para R\$151,7 milhões, ante R\$16,4 milhões em dezembro de 2006, e atingiu R\$1,3 bilhão em dezembro daquele ano (note-se que em dezembro de 2004, o saldo destas operações alcançara R\$1 milhão).

Adicionalmente, sobressaíram os segmentos da construção e o transporte rodoviário de carga, que acumularam taxas respectivas de 619,5% e 500,8%. O crescimento contínuo do crédito para a construção entre 2004 e 2011 levou seu saldo a atingir média anual de 32,6%, frente à taxa de 18% para o total das operações, ampliando sua representatividade em 2,7 p.p. e totalizando contribuição de 10,6 p.p. para o crescimento do saldo das contratações. O aumento dos recursos financeiros contribuiu para a elevação atividade, conforme sinaliza o aumento de 60% no consumo aparente de cimento no estado, *proxy* do desempenho do setor, conforme o Sindicato Nacional da Indústria da Construção (SNIC). Em relação ao transporte rodoviário de carga, o aumento do fluxo de veículos pesados no estado, da ordem de 22% no período, conforme estatísticas da Associação Brasileira de Concessionária de Rodovias (ABCR) refletiu, em parte, a maior concessão de créditos.

De outra parte, a expansão média anual do saldo nominal das operações de crédito para os segmentos outras indústrias, 8,3%, e indústrias do vestuário, acessórios, calçados e bolsas, 8,1%, foi significativamente inferior à do total, fazendo com que sua participação conjunta reduzisse em 5,2 p.p. na comparação entre os extremos. Apesar disso, estes segmentos responderam por 13,5 p.p. do crescimento acumulado no período. No caso de vestuário e calçados, há que considerar a possibilidade de que as importações tenham substituído parte da produção interna no período, levando à redução da necessidade de financiamento. Enquanto o valor das importações estaduais de 2011 foram 196% superiores às de 2004, as aquisições de itens do vestuário aumentaram 1091%. No segmento de calçados, além do acréscimo de 555,2% no valor das importações, entre 2004 e 2011, o estado acumulou retração de 41,3% na produção física, parcialmente transferida para estados do Nordeste, onde cresceu 6% no período.

Inadimplência das operações de crédito

O grande crescimento do saldo das operações entre 2004 e 2011 não acarretou ampliação significativa do risco de crédito, pelo que denota o Gráfico 5. O percentual de inadimplência média anual – considerando operações com pelo menos uma prestação em atraso superior a 90 dias – manteve-se abaixo de 3%, com exceção de 2009, em decorrência dos efeitos da crise sobre

a capacidade de pagamentos, sobretudo das firmas, tanto pela contração da atividade econômica quanto pela dificuldade de renovação de operações de crédito. Comparativamente aos dados nacionais, a inadimplência total do estado foi inferior, como reflexo do comportamento do segmento de pessoas físicas.

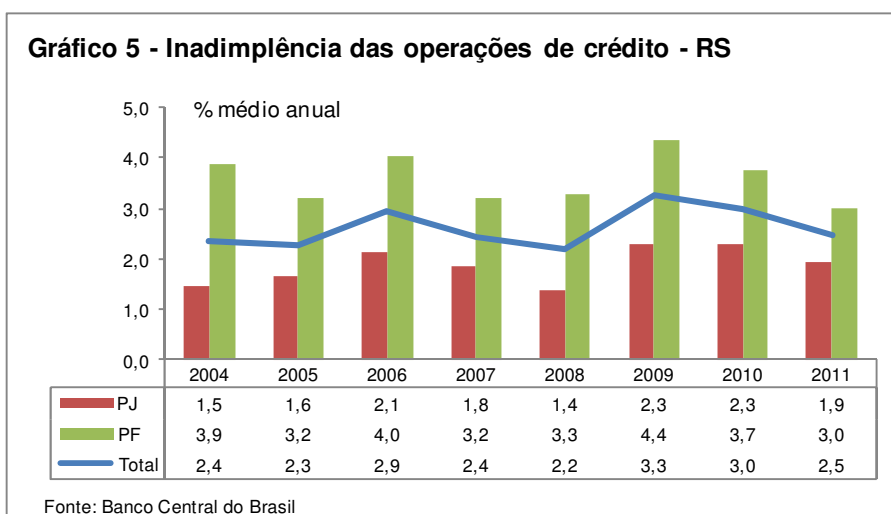
Tabela 8 - Inadimplência das operações de crédito do sistema financeiro

Discriminação	% médio no ano					
	Total		Pessoas jurídicas		Pessoas físicas	
	RS	Br	RS	Br	RS	Br
2004	2,4	3,1	1,5	2,2	3,9	5,2
2005	2,3	2,9	1,6	1,9	3,2	4,8
2006	2,9	3,3	2,1	1,9	4,0	5,7
2007	2,4	2,7	1,8	1,6	3,2	4,6
2008	2,2	2,6	1,4	1,3	3,3	4,6
2009	3,3	3,7	2,3	2,5	4,4	5,8
2010	3,0	3,2	2,3	2,1	3,7	4,9
2011	2,5	2,7	1,9	1,9	3,0	4,1

Fonte: Banco Central do Brasil

Nota: operações com pelo menos uma prestação em atraso superior a 90 dias.

Gráfico 5 - Inadimplência das operações de crédito - RS



Conclusão:

O Rio Grande do Sul apresentou grande crescimento no saldo das operações de crédito entre 2004 e 2011, sobretudo no segmento direcionado às pessoas físicas. Comparativamente ao país, no entanto, houve redução na participação do estado no total destas operações, que passou de 8% para 6,8% no período.

Dentre as operações de crédito para pessoas jurídicas, destacaram-se o aumento da participação dos empréstimos para capital de giro e a redução da representatividade dos ACC. Quanto ao direcionamento por atividade econômica, o segmento mais importante em 2004 – comércio atacadista, exceto de veículos automotores e motocicletas – cedeu lugar para a indústria de alimentos e bebidas em 2011. Além disso, observou-se grande crescimento do crédito para a construção e para o financiamento de atividades de refino de petróleo, coque e álcool. Sondagem realizada pela Federação de Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul no último quadrimestre de 2011 constatou que o percentual de empresários que identificavam problemas para obtenção de crédito para capital de giro atingiu 13%, ante 17% em igual período de 2007.

Nas contratações com pessoas físicas, os financiamentos imobiliários no âmbito do SFH passaram a compor a principal parcela das operações em 2011. Contribuíram para este desempenho ações do governo federal como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁵ e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶. Adicionalmente, os empréstimos com consignação de pagamento triplicaram sua representatividade no período.

Finalmente, apesar do grande crescimento das operações de crédito, não se observaram aumentos expressivos das taxas de inadimplência tanto no segmento de pessoas jurídicas quanto físicas.

⁵ A primeira fase do PMCMV, lançado em abril de 2009, foi até 2010 e promoveu a contratação de 1.005.028 unidades habitacionais. Em sua segunda fase (de 2011 a 2014) foi incorporado ao Plano Nacional de Habitação - PLANHAB e às ações do PAC, sendo ampliado para a construção de mais 2 milhões de moradias.

⁶ O PAC iniciou em 2007, sendo voltado para investimentos em três eixos base (Energia, Transportes, Social e Urbano). A segunda fase iniciou em 2011, considerando seis eixos (Transportes, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida e Água e Luz para Todos).

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS (ABCR) – **Índice ABCR**. Disponível em: < <http://www.abcr.org.br/Conteudo/Secao/22/indice+abcr.aspx>>. Acesso em 3 de abril de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia Bancária e Crédito – Avaliação de 5 anos do projeto Juros e Spread Bancário (2004)**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/REBC2010.pdf>>. Acesso em: 19 de março de 2012.

_____. **Estatísticas de Crédito Regional**. In: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, Outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2008/10/br200810b1p.pdf>>. Acesso em 3 de abril de 2012.

_____. **Evolução Regional do Crédito Consignado**. In: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, Abril de 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/04/br201104b2p.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2012.

_____. **Notas econômico-financeiras para a imprensa: Política monetária e operações de crédito do SFN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 26 de março de 2012.

_____. **Séries temporais**. Disponível em:<www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>. Acesso em: 26 de março de 2012.

_____. **Sistema de Informação de Crédito do Banco Central (SCR)**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/fis/crc/ftp/SCR_VisaoGeral_v1.00.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2012.

FEDERAÇÃO DE INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Fiergs).

Sondagem industrial. Disponível em: <

http://www.fiergs.com.br/canais_fiergs.asp?idArea=48&idSubMenu=65&idSubSubMenu=274>.

Acesso em 27 de março de 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **PIB Estadual – Série Histórica 2002-2011**. Disponível em < <http://www.fee.rs.gov.br> >. Acesso em: 20 de março de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 de março de 2012.

SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE CIMENTO (SNIC). **Números**. Disponível em < <http://www.snic.org.br/25set1024/abre.asp?pagina=numeros>>. Acesso em 27 de março de 2012.